

Redes Sociais e Participação Política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no *Facebook*

Autor:

Cláudio Luis de Camargo Penteadó – UFABC – claudiocpentead@gmail.com

Co-autora:

Clarice Avanzi – UFABC – clarice.avanzi@aluno.ufabc.edu.br

Resumo:

O artigo apresenta o estudo do uso do *facebook* como espaço de discussão política *online*, por meio da análise das publicações na página pública de Marina Silva na rede social sobre a aprovação do controverso Novo Código Florestal que gerou amplos atritos no Congresso Nacional. Observou-se como a ex ministra do meio ambiente e os usuários da rede social interagiram entre si, verificando se o espaço digital de uma mídia social se configura em um novo espaço de comunicação política com potencial de ampliação do debate político. A pesquisa realizou um estudo das publicações da ex candidata a presidência dentro da rede social *facebook* (a mais popular entre os usuários brasileiros). A pesquisa classificou os conteúdos publicados por Marina Silva, os comentários dessas postagens, a relação entre temas e os mecanismos de interatividade da rede social (“curtiu”, “comentários” e “compartilhar” – formas rizomáticas de transmissão de informação) e, por fim, a qualidade das trocas argumentativas nesse espaço digital. Todo o contexto de pesquisa evidenciou as limitações, ainda existentes, para a criação de um espaço na *web* para debates políticos ativos que alcancem uma parcela significativa da sociedade. Entretanto, apesar da pouca efetividade e qualidade observada, o espaço digital propiciou uma ampliação do debate político para além das instituições políticas, criando uma arena discursiva alternativa para que representantes da sociedade civil possam expor suas posições políticas.

Palavras-chave:

Redes Sociais, Deliberação, *facebook*, Código Florestal, Marina Silva.

1) Introdução

Estamos envolvidos com a revolução da tecnologia que está em ritmo acelerado de mudanças, transformações não só científicas, mas também sociais. O desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação e a convergência digital estariam impulsionando uma nova forma positiva de relação social entre as pessoas, promovendo a ciberdemocracia democrática de Levy e Lemos (2010), dentro de uma visão (ciber)otimista. Aproximando indivíduos comuns, assim como fornecendo novas linhas de comunicação entre os cidadãos e seus representantes políticos.

Há estudos que buscam apontar a internet como um novo espaço público “capaz de gerar debates e fomentar a edificação de razões publicamente acessíveis e defensáveis” (MENDONÇA & PEREIRA, p. 5). A internet seria um novo meio de obtenção de informação essenciais para um bom exercício da participação política, esta que há muito tempo se vê enfraquecida, especialmente no

Brasil, e também como um canal de comunicação e de aproximação entre os indivíduos na promoção da cidadania.

A internet, por suas características comunicacionais interativas e colaborativas, seria um meio para incentivar uma maior participação social (política) dos indivíduos que, mesmo longe espacialmente, poderiam se juntar para debaterem e resolverem seus problemas em conjunto. Criaria uma forma de diminuir os abismos que separam os cidadãos, além de construir pela prática do debate público uma consciência política e deliberativa.

Nos últimos anos temos visto diversas manifestações sociais articuladas e mobilizadas pela *web*. No primeiro semestre de 2011 assistimos uma série de revoltas no Norte da África e no Oriente Médio das populações contra os modelos de governos existentes que ficou conhecida como a “Primavera árabe”. Também se pode observar ocorrência de manifestações na Espanha (*Democracia Real Ya!*), Portugal, França e Grécia, que ficaram conhecidos como *15-M Indignados*. Nos EUA também pode-se verificar a ocorrências de manifestações que se iniciaram e se articularam pela *web*, o Occupy Wall Street, promovido pelo grupo de hackers *Anonymous* (COLEMAN, 2011). Reivindicações que se iniciaram com um pequeno número de internautas que proveram um efeito cascata em escalas nunca antes vista.

No Brasil também vemos uma repercussão dessa onda, nos últimos tempos andamos nos surpreendendo com uma retomada de manifestações, estas não somente relacionadas com grupos sindicais ou grupos específicos da sociedade, mas com variados setores sociais que tinham pouca visibilidade e dificuldade para expor seus discursos. Entretanto, a efetividade dos resultados obtidos por essas manifestações ainda são limitados, do ponto de vista institucional.

Para Thompson (2001) os novos meios de comunicação, com os sites de relacionamento social, expandiram múltiplas formas de ação e interação. O *facebook* seria o exemplo disso, através dele os indivíduos podem desenvolver ou dar continuidade a relacionamentos sociais com pessoas distantes, conhecidas ou não, criando uma teia de relacionamentos em vários graus de familiaridade e profundidade, além do intercâmbio de informações que podem ser acessadas por outras pessoas, com ou sem restrições. A comunicação e a visibilidade dos políticos, por exemplo, estariam sendo alterada pelas novas tecnologias de comunicação. Haveria um novo tipo de “visibilidade desespacializada possibilitando uma forma íntima de apresentação pessoal, livre das amarras da co-presença” (THOMPSON, 2008, p.24, 25)

A internet apresenta características interativas e colaborativas que poderiam promover uma reaproximação entre os indivíduos, fazendo com que os políticos tenham uma maior facilidade de contatar os eleitores quando almejam se eleger e como também um meio dos eleitores buscarem que os políticos cumpram suas promessas após as eleições, além de ser um espaço para os cidadãos se

organizarem quando julgarem necessário (LEVY;1999).

A utilização das TICs vêm crescendo a cada dia e já faz parte da vida diária de um contingente cada vez maior pessoas que as utilizam no trabalho, como forma de comunicação e de entretenimento. No campo político, a eleição de 2008 nos EUA mostrou a grande importância da utilização das TICs por Barack Obama para a sua vitória. O estudo de Gomes et al (2009) apresenta como o candidato se apropriou das funcionalidades das redes para se aproximar de seu eleitorado, especialmente dos jovens. No Brasil a internet vem gradativamente ganhando destaque pelo aumento do número de usuários, assim como novas ferramentas fornecidas pelas redes sociais que facilitam a interatividade fomentam interesse para ambas as partes, sendo um canal como grandes potencialidades de facilitar a de informações entre representantes e representados.

Nesse contexto informacional, desde o início de 2011 a ex-ministra do Meio Ambiente e ex-candidata à Presidência do Brasil, Marina Silva através das mídias sociais (*blog, facebook e twitter*)¹ tem promovido debates e eventos em prol do meio ambiente. Silva iniciou a campanha contra a aprovação do Novo Código Florestal brasileiro, utilizando a *web* para influenciar as discussões no Congresso, assim como divulgar sua postura contra o Novo Código, este que é considerado por ela como um retrocesso ambiental. Inicialmente Silva ganhou grande destaque na internet, porém ao longo dos meses houve uma grande diluição na importância dada ao assunto.

O caso de Marina Silva e do Código Florestal Brasileiro seria um exemplo próximo dos últimos acontecimentos que relacionam as novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e os rumos que os políticos e a participação política vêm tomando. Através dos novos meios de comunicação, Silva ganhou outro tipo de interação com seus apoiadores e simpatizantes, a chamada comunicação mediada por computador (CMC). As TICs possibilitaram que ela desenvolvesse uma nova forma de contato com os cidadãos, mais direta e interativa, sem a necessidade de um partido político para intermediar. Atualmente, essa importante figura política brasileira utiliza a internet para tentar articular a construção de seu novo partido, intitulado de A Rede, que encontra na rede mundial de computadores um espaço privilegiado de comunicação e articulação. Por meio de suas mídias sociais, Marina consegue divulgar seu trabalho e espalhar seus “ideais” de defesa do meio ambiente e a promoção de uma tentativa de “democratizar a democracia” associada ao desenvolvimento sustentável.

Sua atuação política na web inicialmente ganhou destaque na contestação da reformulação do Novo Código Florestal e com ela vemos os cidadãos utilizando a internet para dialogar com as suas propostas, algo que não costumávamos ver, sinalizando um novo *modus operandi* da política

¹Sites oficiais de Marina Silva disponível em: 1)*Blog*: <http://www.minhamarina.org.br/home/home.php>; 2)*Facebook*: <http://www.facebook.com/marinasilva.oficial>; 3)*Twitter*: http://twitter.com/#!/silva_marina. Acessado: 15/04/13.

contemporânea que perpassa pelo uso das TICs (PENTEADO, 2012).

Dentro deste contexto, esse artigo apresenta uma avaliação da potencialidade da rede social *facebook* como um novo canal de comunicação como um espaço que pode fornecer a possibilidade de maior articulação entre os membros da sociedade entre si e dos cidadãos com seus representantes. Entretanto, constatamos que as novas possibilidades que nos são apresentadas ainda têm certas limitações, não há a criação de um espaço que realmente amplie o debate político de forma crítica e democrática.

2) Internet e Política

Rafael Cardoso Sampaio (2010), em seu texto *Participação Política e os Potenciais Democráticos da Internet*, aponta que a democracia representativa contemporânea demonstra um distanciamento entre os representantes e os cidadãos que o elegeram, havendo uma ruptura entre a vontade dos representantes e a vontade dos representados, havendo a formação de uma elite política. Para Gomes (apud SAMPAIO, 2010, p. 30) a democracia nunca esteve tão em alta ao redor do mundo, entretanto existiria uma “crise” “nas práticas, instituições e valores da política contemporânea que se afasta da democracia desejável”.

Com a expansão da internet muitos teóricos começaram a encarar esta nova ferramenta como uma possível solução para os déficits democráticos. Entretanto, Sampaio (2010) indica que existem muitas controvérsias sobre esse potencial democrático, há aqueles que vão ao extremo da positividade e outros da negatividade, como também há aqueles que buscam enxergar uma posição intermediária.

Para Sampaio (2010), que adota uma perspectiva intermediária, a criação de uma tecnologia teria grande influência de fatores socioeconômicos, todavia também promove grande influência no ambiente em que está inserida. A internet é um recurso que está à disposição de agentes sociais, ela deve ser considerada e analisada no contexto em que se encontra que pode restringir ou limitar seus usos; mas, também há um incrível aumento das possibilidades de interação entre os indivíduos, podendo ter um potencial para discussões políticas e deliberações informais.

Muitos teóricos exaltam a importância da participação na democracia, além da necessidade de criar uma verdadeira consciência cidadã. A ciberdemocracia buscaria cidadãos realmente engajados em questões políticas promovendo formas de participação online. Castells (apud GROSSELI & FREIRE, 2011) acredita que a democracia representativa foi uma conquista histórica sobre o despotismo, mas a existência de partidos políticos afasta os cidadãos das decisões que os afetam. Haveria a formação de uma classe de políticos que se transformam em trabalhadores

profissionais, fazendo que as pessoas acreditassem viver em uma democracia, mas na realidade não apresentam grande ligação com as posturas adotadas por seus representantes. Supostamente a internet estaria mudando tais circunstâncias, possibilitaria a passagem de uma democracia representativa para uma democracia de pessoas; os indivíduos através da internet poderiam participar de maneira mais direta, reconstruindo a forma de interação frágil das representações partidárias. A internet proporcionaria uma interatividade política que se ancoraria em uma comunicação contínua de tomada de iniciativa recíproca entre a esfera civil e os agentes políticos. Para Castells (apud GROSSELI & FREIRE, 2011) a comunicação seria fundamental, pois seria a base de reação entre o poder e o contrapoder, criando condições para o fortalecimento de democracia. A comunicação com um acesso universal seria um direito fundamental, assim como é a educação e a saúde .

Haveria um crescente interesse nas possibilidades deliberativas das instituições políticas e alguns dados poderiam apoiar a tese de que os embates discursivos seriam capazes de influenciar as decisões do Estado. Para Habermas (apud SAMPAIO et al, 2011, p.206) “a deliberação seria a busca pela “melhor solução” de questões socialmente controversas, ou ainda, representa o esforço para se encontrar o caminho mais válido, justo e legítimo”. A discussão e o debate de certos problemas poderiam fomentar o surgimento de soluções diferenciadas, lidando com conflitos que não teriam solução de outra maneira.

Dentro do pensamento habermasiano a política deliberativa deve ser concebida como um processo que depende de uma rede de operações de barganha regulada, possibilitando várias formas de argumentação em múltiplos tipos de procedimentos comunicativos. A esfera pública apresentaria um ambiente com uma grande amplitude de discursos, sendo que o problema de escala das sociedades contemporâneas poderia ser solucionado por deliberação que não se foque somente “no sujeito ('na contagem de cabeças'), mas, sim, nos discursos que trespassam e são entrecortados por esses sujeitos” (apud SAMPAIO et al, 2011, p.214), que poderiam se apoiar nas plataformas comunicacionais da internet.

No ciberespaço, as redes sociais têm ganhado destaque, elas estão sendo utilizadas como um canal de interligação entre os mais variados indivíduos, proporcionando uma nova forma de troca de informação e interação social. Muitos teóricos, ciberpositivistas, apostam em seus possíveis potenciais democráticos, as redes sociais da internet se transformariam em um novo espaço público para a ação política democrática. Entretanto, Lucas Reis e Samuel Barros (2011), por meio da análise dos acontecimentos ocorridos no Egito, em fevereiro de 2011, que derrubaram o governo ditatorial de Mubarak, desmitificam também algumas visões sobre o papel democrático revolucionário das redes sociais, sem no entanto destacar sua importância como espaço de

comunicação política. Reis e Barros (2011) acreditam que os egípcios se encontravam em uma situação social frágil, mas as insatisfações se transformaram em revolução por as pessoas acreditarem ser possível reformas no sistema político, isto é, não foram as redes que levaram a revolução, mas por outro lado elas foram os canais de mobilização dos revolucionários.

A internet demanda um esforço relativamente menor para as pessoas participarem da vida pública. As pessoas podem participar sem saírem da sua zona de conforto, ela favorece a mobilização por apresentar baixos custos e ser mais conveniente, sendo mais rápida e apresentando uma facilidade de comunicação (REIS e BARROS, 2011).

Na pesquisa de Reis e Barros (2011), os autores estudaram o caso do Egito por meio da análise de uma *Fan Page*² do *facebook*. Os autores constataram que *essa rede social* apresentou um papel importante, facilitando a forma de comunicação e aumentando a escala em que as informações eram transmitidas. O *facebook* forneceu uma troca de informação rápida e dinâmica, teria funcionado como um tipo de “vitrine”, dando visibilidade mundial ao movimento revolucionário (fotos, vídeos, depoimentos feitos por cidadãos comuns eram utilizados como fonte para a imprensa internacional).

Toda essa visibilidade proporcionada levou o governo egípcio a bloquear a internet no país, o que tornou ainda mais claro que as Redes Sociais não tiveram função fundamental no ocorrido; os manifestantes passaram a se comunicar da maneira tradicional.

O exemplo acima citado ilustra a importância das redes sociais dentro da ação política contemporânea, inaugurando novas formas e práticas da ação política, que encontra na internet um espaço de articulação e ferramenta de comunicação política (PENTEADO e FORTUNATO, 2012). Neste contexto da política informacional de Castells (2008), as redes sociais, mais especificamente o *facebook*, se configuram como um espaço de sociabilidade e debate público, no qual alguns políticos se apropriam para manter relações com a população e promover seus ideais políticos como é o caso de Marina Silva no combate à mudança do Código Florestal brasileiro.

3) O Novo Código Florestal & Marina Silva

O Código Florestal (CFI) Brasileiro é a legislação que estipula as normas para a preservação ambiental, define as áreas que devem ter a vegetação conservada e também as áreas aptas para a agropecuária. Tem por objetivo assegurar a preservação do meio ambiente e proporcionar punições

² Uma *Fan Page* é uma página do *facebook* no qual organizações, celebridades, grupos, empresas ou outras entidades ou pessoas podem transmitir informações aos usuários interessados (seguidores). Esse tipo de página pode apresentar vários aplicativos que podem facilitar a comunicação entre as entidades e seu público-alvo, sendo que devem ser curtidas para que os usuários recebam informações.

para àqueles que desrespeitarem as suas regras. As tentativas de promover modificações em suas diretrizes gerou grande alvoroço por trazer um novo conjunto de regras sobre a preservação em propriedades rurais, causando um enfrentamento de interesses entre ambientalistas e ruralistas no Congresso Nacional.

A partir de 2009 apareceu um início rumores mais sérios sobre a tentativa de reformulá-lo, provocando uma série de embates entre grupos associados aos agricultores e pecuaristas contra os ambientalistas. Em 2011, a relatoria dessa comissão na Câmara passa para Moacir Micheletto (PMDB-PR) e Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Em 2012, os tópicos mais debatidos sobre o caso foram: as novas regras para área de conservação ambiental nas propriedades (em certos casos seria reduzida conforme o tipo de propriedade e o estado no qual a propriedade se encontra); a possibilidade do cultivo em áreas de proteção permanente (APPs), com matas ciliares, várzeas, topos de morros ou encostas, e a anistia aos proprietários de terras que desmataram ilegalmente até julho de 2008, sendo que compensariam esse desmatamento com reflorestamento³.

O Código foi aprovado em maio de 2011 pela Câmara dos Deputados, sendo que depois passou por várias comissões no Senado, foi modificado e aprovado em 6 de dezembro de 2011. O projeto de lei voltou para a câmara dos deputados e foi aprovado em abril de 2012. Em 25 de maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff fez 32 modificações no texto e vetou (total ou parcialmente) alguns artigos. Houve também a publicação de uma Medida Provisória para colocar mais restrições às lacunas da legislação.

Marina Silva através de seu *twitter*, em 11 de maio de 2011, divulgou uma nota questionando o novo texto do Código Florestal que estava em discussão no Congresso Nacional, pedindo também para que não fosse aprovado, causando um alvoroço entre os políticos e desenvolvendo um espaço de debate sobre o caso na internet. A política ambientalista utilizou seus diferentes fóruns online (*twitter*, *blog* e *facebook*) para promover ações contra essas alterações e debater com as pessoas suas posições. Para essa pesquisa, optou-se por estudar o perfil de Marina Silva no facebook, devido a sua grande penetração social entre os internautas brasileiros, atingindo a 89,59% da população online do país em abril de 2013, segundo dados da empresa de estatística da internet Social Bakers⁴.

4) Metodologia

Este trabalho combinou duas metodologias já utilizadas na avaliação de outros meios de

3 Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/entenda-principais-mudancas-no-novo-codigo-florestal.html>. Publicado em: 07/12/11. Acessado em: 27/02/12.

4 Informações disponíveis em: <http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/brazil>. Acesso em 17/04/13.

comunicação da *web* (*blogs* e portais de informação) de Penteadó et al (2009), mas adaptando ao novo espaço de interação criado pelo *facebook* e aos objetivos desta pesquisa. Foram utilizadas uma combinação de abordagens quantitativa e qualitativa para a análise das informações coletadas do Mural de Marina Silva. A metodologia desenvolvida buscou observar o funcionamento e a qualidade das trocas comunicativas na internet, conforme descrito abaixo.

Para a análise dos comentários dos usuários do *facebook* foi utilizada a metodologia desenvolvida por Penteadó et al (2009) para pesquisas de blogs políticos, esta que fornece um esquema para a avaliação da estrutura do blog, de seus comentários e de sua interatividade. Esta metodologia sofreu adaptações necessárias para análise dentro do *facebook*, além de tentar averiguar se os comentários produzidos dentro da *rede social* se direcionam para debates mais qualificados sobre questões atuais da política brasileira, mas analisando se a comunicação ocorrida nele proporciona a possibilidade que os cidadãos se inteirem das decisões políticas – como no caso do Código Florestal - e que consigam se posicionar sobre o projeto de lei, criando um espaço de debate político.

5) Análise dos Dados

5.1 A forma de levantamento e de classificação dos dados

Em um primeiro momento fizemos um levantamento dos variados tipos de mensagens mais frequentes dentro do *facebook* e as classificamos em dois grandes grupos (informações relacionadas com o CFI e outros assuntos), subdivididos em categorias, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1

Levantamento de Todos os dados			
	Tipos de Mensagens	Número	%
Dados relacionados com CF	Relacionado de Forma Geral	37	16,37
	Disputas Políticas	16	7,08
	E-participação	11	4,87
	Pesquisa/ Estudos/ Artigos	13	5,75
	Proposta de manifestação Presencial	3	1,33
	Proposta de manifestação Presencial e E- participação	5	2,21
	Subtotal	85	37,61
Outros Assuntos	Projetos ou assuntos relacionados com o Meio Ambiente	59	26,11
	Nova Política	20	8,85
	Questionamento da Política	7	3,1

	Brasileira		
	Outros	55	24,34
	Subtotal	141	62,39
	Total	226	100

Podemos observar que no mural de Marina Silva a maioria dos tópicos não se relacionam com o Código Florestal (62,39%), se encaixam em *Outros Assuntos*. Entretanto, uma parte bem relevante das suas postagens toca em questões relacionadas com o Código Florestal (37,61%). Sendo que 16,37 % apresentam relações Gerais com o CFI e 21,24% se relacionam com mensagens mais específicas sobre este. Estes dados indicam que Marina deu grande importância ao tema dentro do seu mural, indicando que foi um espaço para divulgação de informação e posicionamento político.

Os assuntos mais frequentes das foram *Projetos ou assuntos relacionados com Meio Ambiente* (26,11%). Levando em conta que a o debate do Código Florestal também se relaciona com questões ambientais, daria no total aproximadamente 63,72% de tópicos relacionados com meio ambiente, ou seja, a maioria dos temas abordados por Marina Silva pautam aspectos ambientais, confirmando seu perfil identitário, que provavelmente reflete nas pessoas que acessam seu mural.

Quadro 2

Todos os Dados				
Tipos de Mensagens	% Bruta	Curtiram %	Comentaram %	Compartilharam %
Relacionado de Forma Geral	16,37	17,46	15,99	20,98
Disputas Políticas	7,08	8,73	13,76	4,64
E-participação	4,87	5,13	3,89	3,88
Pesquisa/ Estudos/ Artigos	5,75	2,66	1,94	8,34
Proposta de manifestação Presencial	1,33	1,41	0,77	2,39
Proposta de manifestação Presencial e E- participação	2,21	1,87	0,9	3,48
Subtotal	37,61	37,26	37,25	43,71
Projetos ou assuntos relacionados com o Meio Ambiente	26,11	22,38	16,47	29,5
Nova Política	8,85	6,59	8,38	4,46
Questionamento da Política Brasileira	3,1	4,87	3,9	6,5
Outros	24,34	28,9	34	15,84

Subtotal	62,39	62,74	62,75	56,29
Total	100	100	100	100

Ao classificarmos as mensagens de Silva, também levantamos os números de *curtições*, de *comentários* e de *compartilhamento* feito por cada mensagem. No geral, conseguimos constatar que o número de *curtiram* é claramente maior (72.725), o número de *compartilhamento* (10.726) é o segundo, mesmo tendo sido criado recentemente (começou a ser utilizado no mural de Silva a partir de 7 de setembro de 2011, somente 135 mensagens apresentaram a sua utilização). O número de *comentários* é o menor (6.765 – o que representaria aproximadamente 9,3 % do número de *curtiram* e 63,1% do número de *compartilhamento*). Isso demonstra que os membros da rede social se dispõem muito menos a comentarem as postagens, do que realmente discutirem o assunto. Ao invés disso, há somente um aumento da visibilidade de certas publicações, mas não um debate mais qualificado sobre os pontos apresentados. Além disso, há uma correlação entre o número de *curtições* e o número de *comentários* (aproximadamente 0,86), significando que as mensagens que são mais *comentadas* apresentam a tendência de também serem as mais *curtidas*.

Existem maiores discrepâncias em alguns casos, há um aumento de *comentários* em mensagens de *Disputas Políticas* e de *Outros*. Há um crescimento do *compartilhamento* de mensagens *Relacionada de Forma Geral* e uma diminuição de mensagens *Outros*.

A interpretação de como cada ferramenta que o *facebook* oferece é subjetiva, elas podem ser utilizadas em múltiplos sentidos. O *curtir* além de abstrato, pode também significar muitas vezes o contrário do significado da gíria "curtir" (normalmente utilizado em sentido de apreciar algo), a ferramenta pode ser utilizada para demonstrar um desacordo com aquilo que está sendo divulgado (na verdade um "não curtir"), como no caso referente a alguma ação no projeto do CFI que seja contrária aos princípios do ambientalismo. Assim como, pode ser meramente utilizado para que o usuário transmita ao seu círculo de amigos uma informação, não necessariamente transpasse algum tipo de reflexão.

O *compartilhamento* geraria uma ampliação da discussão, mas que também não pressupõem um debate mais profundo, seria uma forma explícita de passar adiante uma informação de uma outra fonte, aumentando sua visibilidade. A ferramenta *comentar* não significa ir muito além da comunicação do *curtir* e do *compartilhamento*, os *comentários* não costumam ser muito longos, entretanto demonstram um maior envolvimento do usuário, pois esse tem uma maior "custo" de participação. O próprio *facebook* não se coloca como um espaço de longas explicações (o espaço é muito maior se comparado com o *twitter*), mas apresenta uma grande potencialidade de fazer uma rotatividade de informações, fazer com que *links* de outros espaços da *web* apresentem maior

visibilidade e ampliar o debate.

No geral, vimos que os internautas interagiram muito mais dentro da *fanpage* de Silva em circunstâncias em que tópicos não tinham grande relevância política, os membros acabaram se dispondo a comentar algo de cunho não profundamente político, mais na vertente de jogos políticos de aparência ou tópicos sem grande importância para a situação da democracia brasileira.

Esta situação se repetiu ao observarmos com mais detalhes as mensagens mais relacionadas com o CFI, conforme ilustra o quadro 3:

Quadro 3

Dados Relacionados com o CFI				
Tipos de Mensagens	% Bruta	Curtiram %	Comentaram %	Compartilharam %
Relacionado de Forma Geral	43,53	46,86	42,94	47,99
Disputas Políticas	18,82	23,42	36,94	10,62
E-participação	12,94	13,77	10,44	8,87
Pesquisa/ Estudos/ Artigos	15,29	7,14	5,2	19,09
Proposta de manifestação Presencial	3,53	3,78	2,06	5,46
Proposta de manifestação Presencial e E- participação	5,88	5,03	2,42	7,96
Total	100,00	100	100	100

Podemos ver que em certos casos há grande relação dos números de *curtições*, de *comentários* e de *compartilhamentos* conforme a frequência dos tipos de publicações. Em alguns tópicos houve maiores discrepância de acordo com o tópico tratado: 1) os *Relacionados de forma geral* mantiveram uma certa frequência, mas houve mais *curtir e compartilhamento*. 2) as *Disputas Políticas* reafirmam o que já foi apontado no outro item, a tendência de maior interação em casos sem reais importâncias políticas. 3) os *E-participação* demonstram algo bem controverso, esse tipo de informação foi um pouco mais curtida, mas menos compartilhada; esperaríamos que houvesse um maior número de compartilhamento para uma maior divulgação da manifestação, uma vez que esse tópico prevê a participação online dos cidadãos em ações em favor do meio ambiente; todavia, como já repetido, a ferramenta *compartilhamento* foi criada recentemente e *curtir* também seria uma forma de transpassar a informação (pudemos ver com mais clareza os impactos da repercussão da *e-participação* pela entrega de abaixo-assinados feitos *onlines* com pedidos para que o CFI fosse vetado pela Presidente, mas essa manifestação foi algo mais amplo, envolvendo várias entidades e não apresentando grandes discussões dentro do nosso contexto, pode ter acontecido um

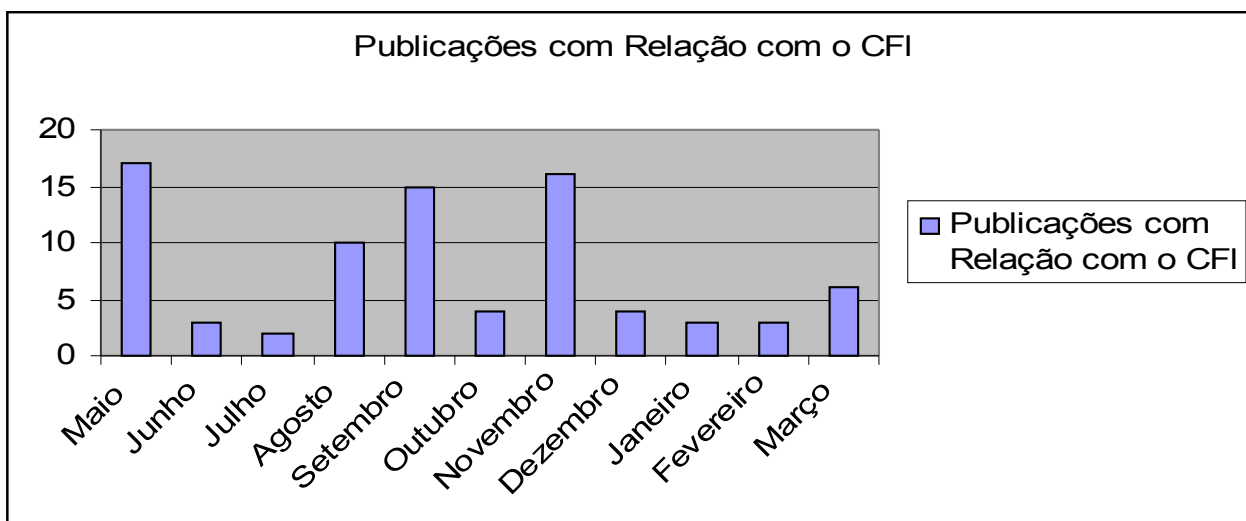
endossamento por parte dos usuários, todavia sem grandes trocas de ideias) . 4) *Pesquisa/ Estudos/ Artigos* tiveram uma grande baixa de *comentários e de curtidas*, mas havendo um maior *compartilhamento*; ocorrendo uma repercussão dessa informação, entretanto não havendo uma comunicação mais plena sobre a informação transmitida. 5) as *Proposta de Manifestação Presencial* houve uma baixa nos *comentários* e um aumento do *compartilhamento*; este seria algo presumível, porém a real repercussão dessas manifestações presencial pouco ganharam destaque nas mídias convencionais como na internet, não pudemos ver uma real participação. 6) as *Propostas de manifestação Presencial e E-participação* também apresentaram as mesmas características, uma baixa nos *comentários* e um aumento no *compartilhamento*, entretanto sem grandes repercussões palpáveis.

Também constatamos a distribuições das publicações com relação com o CFI durante os meses, a partir de maio de 2011 até 6 de março de 2012 . O Gráfico 1 demonstra mais claramente como durante os meses o assunto CF teve variações. Maio, Agosto, Setembro e Novembro de 2011 foram os meses com maior aparição, o que foi acompanhado da maior divulgação de reportagens sobre o assunto pelas grandes mídias, já que as discussões no plenário sobre a aprovação do projeto de lei foram mais assíduas. Houve meses de menor repercussão nos meses de junho, julho, outubro, dezembro, janeiro e fevereiro; quando o caso do CFI não esteve tão em destaque na grande mídia. Demonstrando que a exposição dentro da rede social sobre o CFI está atrelada com a frequência daquilo que a mídia tradicional traspasa, a internet é utilizada como um meio de transmitir informação de uma forma secundária. Os grandes tópicos de discussão na *web* normalmente surgem quando reportagens de televisão ou artigos de jornais tomam grande repercussão, fazendo com que chegue ao âmbito da internet.

Muitos autores apresentam a ideia de que a internet possibilitaria uma mudança no polo de transmissão da informação, haveria uma transformação da relação da esfera civil e política com os meios de comunicação. Todavia, a mídia tradicional se coloca como grande influente na transmissão de informação, assim como se coloca como grande expoente dentro da própria internet. Esta se coloca como uma forma de reverberação e não como a fonte original de certos assuntos, há a possibilidade da internet pautar alguns tópicos, mas muito dificilmente ganham grande destaque. Certas informações podem ganhar visibilidade no âmbito da *web*, porém ficam dentro daquele círculo, raramente conseguem influenciar a mídia tradicional⁵.

Gráfico 1

⁵Normalmente ocorre a transmissão de assuntos banais da internet para a grande mídia (piadas, músicas, fofocas), muito dificilmente assuntos mais sérios conseguem transpassar o pequeno espaço na internet para a grande mídia.



5.2 Classificações das mensagens

Depois de termos feito uma análise mais quantitativa dos dados, agora analisamos com maior profundidade as mensagens que são *Relacionadas de Forma Geral* com o Código Florestal (16,37% do total das mensagens e 43,53% das mensagens que se relacionam com o CFI). As publicações de Marina Silva e os comentários surgidos a partir dessas publicações foram classificados conforme as categorias de análise desenvolvidas por Penteadó et al (2009).

A grande maioria das mensagens de Silva apresentaram caráter informativo (informativa direta e indireta somam 72,98% das publicações), apresentando a intenção de fornecer a informação de um fato, não necessariamente emitindo juízos ou reflexões. Sendo que categoria *informativa indireta* representou mais da metade das publicações (56,75%), indicando que as publicações de Marina Silva partiam do compartilhamento de outras fontes de informação. Além disso, as postagens *informativas* também aparecem como uma forma de complementação dos outros tipos de publicações.

As publicações que apresentaram alguma forma de avaliação mais crítica somam 24,34%; ou seja, de forma geral, Marina Silva não se utiliza do *facebook* para fazer grandes argumentações sobre o caso do Código Florestal, todavia a maioria de suas publicações apresentam *links* que direcionam para textos mais argumentativos e reflexivos, principalmente, em seu blog. Mas, este apresenta números bem menores de comentários se comparado ao *facebook*, o que seria indício de uma visibilidade mais reduzida^{6 7}.

⁶ Ressaltando que foram feitas avaliações gerais sobre as publicações, levando em conta as informações advindas pelos *links* transmitidos.

⁷ Nesta classificação não apareceram *posicionamento político* por a maioria das publicações de Silva defender seu ideal

No quadro 4 podemos observar a classificação de amostras⁸ dos comentários produzidos pelos internautas nas publicações de Marina:

Quadro 4

Classificação de amostras das mensagens dos internautas	Número	Porcentagem
Opinativa	134	36,12
Av. Moral	107	28,84
Desvio	53	14,29
Outros	30	8,09
Irônica	10	2,7
Propositiva	8	2,16
Av. Crítica e Opinativa	5	1,35
Posicionamento Político	5	1,35
Opinativa e Posicionamento Político	4	1,08
Posicionamento Político e Av. Moral	2	0,54
Informativa Indireta e Opinativa	2	0,54
Irônica e Av. Moral	2	0,54
Informativa Direta	2	0,54
Informativa Indireta	1	0,27
Informativa Direta e Propositiva	1	0,27
Av. Crítica	1	0,27
Av. Crítica e Informativa Indireta	1	0,27
Av. Crítica e Av. Moral	1	0,27
Av. Moral e Posicionamento Político	1	0,27
Opinativa e Propositiva	1	0,27
Total	371	100,0

Poucas pessoas se dispõem a fazer comentários sobre aquilo que Silva divulga, sendo que as mensagens mais frequentes foram de caráter *opinativas* e *avaliativas morais*. Grande parte das mensagens *opinativas* se restringem a somente a repetir ou apoiar o que Silva publica, sem nenhuma forma argumentação mais profunda ou tomadas de posições mais contundentes, sendo normalmente mensagens curtas que só querem demonstrar que acreditam na forma de atuação de Marina Silva. As mensagens *Avaliativas morais* refletem, além do caráter opinativo, um julgamento moral por parte do internauta, ocorre um juízo de valores. Os usuários se utilizam de argumentos supostamente “comuns” em nossa sociedade para fazer um julgamento tanto dos

ambientalista, seria repetitivo classificar cada mensagem como uma forma de posicionamento político.

⁸ As publicações de Silva agrupadas como *Relaciona de Forma Geral* com o CF com até 15 comentários tiveram todas as mensagens classificadas, as publicações com maior número de comentários tiveram os primeiros 20% dos comentários classificados.

políticos como da posição dos cidadãos brasileiros com relação aos acontecimentos, sendo que muitas vezes baseiam sua visão em aspectos emocionais e outras poucas em aspectos religiosos ou apresentando posturas agressivas.

Somando todas as formas de mensagens que apresentaram características opinativas (39,36%) e avaliativas morais (30,46%) chegamos a quase 70% das mensagens. Sendo que as enquadradas como *desvio* representam 14,29%, demonstrando uma alta aparição de mensagens que se desviaram do tópico tratado ou mesmo quebrando profundamente a linha dos comentários (sinalizando uma falta de *reciprocidade* entre os comentaristas) ou produzindo mensagens difíceis de serem compreendidas. Esses dados são indicadores de baixa qualidade do debate dentro desse espaço de sociabilidade.

As mensagens classificadas *Outros* são as mensagens que não se encaixaram em nenhuma das outras categorias, foram comentários produzidos pelos internautas que não chegam a desviar do assunto, contudo dificilmente se sabe a intenção da mensagem (pode haver uma dubiedade de interpretação). Também foram classificadas como *outros* mensagens em que Silva ou sua equipe de apoio fornecem algum tipos de resposta ou informação aos seus seguidores, principalmente quando era uma acusação de algo que Silva deveria estar fazendo, mas o internauta diz o oposto. Não é muito frequente esta forma de interação, assim como a presença de mensagens contra as posições de Silva ou mesmo atacando ela de forma direta. Entretanto, essa forma de questionamento aparece⁹ e não houve grandes “brigas” ou discussões entre “marineiros” e “não marineiros”.

Em geral, os internautas não dialogam muito frequentemente entre si, suas mensagens chegam ser influenciadas pelas mensagens anteriores (ao analisar todo o contexto de comunicação pode-se observar tendências), todavia grande parte busca um diálogo mais estreito e direto com Silva. Fora que, a falta de dissenso ou propriamente discussões entre os membros demonstra que os internautas se separam em grupos de interesses, não chegando a chocar ideais contrários.

As mensagens *Irônicas* demonstram uma forma diferente de tentar fazer uma crítica aos acontecimentos, porém não chegando ao tom do deboche. As *Propositivas* normalmente vão ao encontro com as propostas que são feitas por Silva, os internautas apoiam de forma mais contundente, demonstrando interesse em promover ações mais palpáveis ou mesmo demonstrando que já estão fazendo algo. As de *posicionamento político* há manifestação de uma ideologia, doutrina política ou corrente partidária. As *Av. Críticas* são comentários mais fundamentados, porém, comunmente, as mensagens levantam hipóteses que não são bem embasadas e acompanham

⁹Não podemos saber até que ponto existe restrições (bloqueios, deleções ou derivados) no mural de Silva, já que o *facebook* fornece diversas maneiras de impedir determinadas ações de usuários. Tentamos entrar em contato com a assessoria de imprensa de Silva, mas não obtivemos resposta sobre como funciona a gestão de suas páginas na *web*.

opiniões não argumentadas dos autores, muito dificilmente encontramos mensagens com uma boa cadeia argumentativa (puramente *Av. Crítica*), ou mesmo que não se dirijam a aspectos emocionais. As outras categorias apresentaram uma mistura das classificações, sendo também menos frequentes e mais peculiares.

6) *Facebook* como parte da Esfera Pública

Buscando ampliar o debate sobre os efeitos e impactos da internet na sociedade contemporânea, mais especificamente na prática política, essa pesquisa buscou trazer elementos empíricos do uso de uma rede social como espaço de discussão política. Em um primeiro momento tentamos observar potencialidades deliberativas, entretanto uma Deliberação democrática se encaixaria em um intercâmbio de razões em público, seria “um processo peculiar e não pode ser confundida com mera conversação ou qualquer discussão” (MAIA; 2008 p. 30).

Muitos teóricos enfatizam a grande importância da argumentação livre para a ocorrência da deliberação. A internet e o próprio *facebook* apresentam recursos que poderiam, em muitos aspectos, superar as supostas “crises” de representatividade que a democracia contemporânea vem sofrendo (como os ciberpositivistas acreditam), todavia não observamos a sua utilização para verdadeiros aprimoramentos de aspectos políticos ou democráticos.

Sampaio (2010) diz que a internet fornece formas de comunicação que antigamente não conhecíamos, há novos canais abertos. Porém, para uma melhoria dos mecanismos da democracia é necessário toda uma base que sustente o seu funcionamento, relacionada com uma cultura cívica e cultura política de participação de cada sociedade. Maia (2007) não acredita que a internet estaria fomentando um debate deliberativo pelos fóruns virtuais, mas que na verdade estaria preparando os cidadãos para debates mais exigentes.

A internet para Gomes (2006) seria uma Esfera Pública, já que seria uma rede de discussões e de circulação de informações e de ideias. O conceito de Esfera Pública seria um conjunto bem ampliado de concepções:

1) esfera pública como domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social (...); 2) esfera pública como a arena pública, isto é, como locus da discussão sobre temas de interesse comum conduzidas pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto, é como locus onde temas, ideias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como

interação social, como sociabilidade (GOMES; 2006, p.56).

Habermas (apud Maia, 2008) acredita que em sociedades complexas a Esfera Pública seria como uma estrutura intermediária que faria mediação entre o Sistema político e os Setores Privados e Sistemas especializados em determinadas funções. Não haveria uma polaridade entre Estado e Sociedade Civil, haveria inúmeros pontos de acesso e de interconexões, uma sociedade democrática forneceria diversificadas formas para seus cidadãos se expressarem, uma flexibilidade (existência de várias arenas) na articulação das trocas argumentativas (formais ou informais).

Existiriam Esferas Públicas diferenciadas como esfera pública episódica (os mais variados locais de encontro não formais, seriam interações simples, como encontro em bares e cafés); esfera pública de presença organizada (encontros que ocorrem com um maior tipo de organização, como encontro de pais, reuniões de partidos políticos e entre outros) ou esfera pública abstrata (que seria produzida pela mídia, produzindo leitores, ouvintes ou espectadores que recebem um mesmo tipo de informação e podem conceber pensamentos semelhantes) (HABERMAS apud MAIA, 2008).

A internet tem se apresentado como uma Esfera Pública, não no sentido estrito habermasiano por não incorporar a racionalidade argumentativa como elemento constitutivo do debate, mas fornecendo as mais variadas formas de canais de comunicação, fora que se caracteriza essencialmente por ser um espaço não delimitado¹⁰. O *facebook* faria parte dessa grande Esfera Pública, sendo mais uma forma de transmitir discursos de um jeito peculiar (mais um ponto de interconexão). Pela experiência de análise de um pequeno espaço dentro do *facebook*, vemos esta rede social como os três tipos de esfera pública, apresentaria uma atuação multifacetada. (1) Episódica quando ocorrem interações simples e informais entre desconhecidos, por outra podemos ver como uma (2) esfera pública Abstrata, pois a cada vez mais tem sido utilizado para a transmissão de variados tipos de pensamentos ou informações a indivíduos deslocados espacialmente, assim como utilizado pelas grandes mídias. Também, podemos ver o *facebook* como uma (3) esfera pública de Presença Organizada quando envolve a reunião de membros com certos tipos de afinidades ou anseios.

A *Fan Page* de Silva teria características mais associadas com uma esfera pública episódica, logo que seria um local de interações sociais não muito profundas, sua ferramenta *curtir* exemplifica isso, é um contato superficial e que apresenta uma lacuna de interpretações de

¹⁰Nas concepções mais recentes de esfera pública, Habermas (apud LUBENOW, 2010) a coloca como uma "caixa de ressonância" da sociedade, sendo um espaço sensível e irrestrito. A esfera pública não poderia ser confundida como uma instituição ou uma organização, não constituiria um espaço fixo; mesmo que, eventualmente, possa coincidir com algum tipo de estrutura concreta. A esfera pública teria contornos difíceis de serem delimitados (HABERMAS apud LOSEKANN, 2009).

intenções. É muito complexo tentar compreender o que *curtir* representa, se torna algo muito subjetivo. O nosso objeto de estudo ainda se focou em uma página pública de uma figura política, há sempre uma tentativa de proximidade tanto partindo de Silva, como dos frequentadores; todavia transmite a ideia de um laço frágil. Além de, os dados demonstram que não se chega a uma discussão profunda, mesmo sendo um tópico devesse fomentar interesse da população em realmente promover um pacote de leis eficiente para todos.

7) Considerações Finais

O *facebook* proporciona inúmeras formas de facilitar as ligações entre as redes de amigos, criando um efeito rizomático na transmissão da informação. Quando algum tópico ganha amplo destaque tem-se a impressão de um grande envolvimento, porém como os dados encontrados demonstram ocorre uma repercussão com várias insuficiências. A utilização do *facebook* pela política Marina Silva fornece a impressão de um contato mais conexo, cria-se um ideal de proximidade e uma nova visibilidade do político (como se fosse mais um conhecido dentro da sua rede de amigos), mas ainda é uma relação volúvel e distante. Mesmo com o ideal de proximidade comunicacional, há um distanciamento na forma usual de relação face-a-face/ co-presença que conhecemos (tanto que há inúmeras interações por parte dos internautas, porém pouco retorno de Silva, ou seja, uma comunicação que dificilmente é verdadeiramente de mão dupla - há a criação de novos laços entre os indivíduos desconhecidos, mas ligações que tanto dentro como fora do âmbito da internet se apresentam como frágeis.). Cria-se um novo tipo de intimidade mediada que é profundamente interessante para o marketing político, porém, ainda restritiva para uma comunicação mais complexa, pelo menos no caso estudado.

Levando em consideração as categorias apresentadas por Mendonça e Pereira (2011) para o estudo a avaliação de formas de deliberação online, a comunicação por nós analisada demonstra um baixo *provenimento de razões*, uma falta de *reciprocidade* entre os participantes e a criação de grupos de interesse (uma falta de *inclusividade*). Teríamos um *respeito mútuo* questionável pela falta de opiniões profundamente divergentes e uma dificuldade em claramente analisar mensagens que visem o *bem comum* (somente em poucos casos podemos observar pessoas que visivelmente expõem a preocupação com a comunidade em geral, mas também não é muito frequente pessoas que demonstrem interesses totalmente privados). Poderíamos dizer que as mensagens apresentam trocas simplórias de informação ou argumentação, evidenciando uma qualidade do debate público.

A internet apresenta aspectos positivos e negativos para a promoção da democracia, todavia ela não foi criada para solucionar *déficits* democráticos. Para uma melhoria dos mecanismos da

democracia há a necessidade de toda uma base que sustente o seu funcionamento, a participação e consciência política são questões complexas e que estão relacionadas com a cultura cívica e uma cultura política de participação de cada sociedade. A existência de canais abertos como a internet é vital para manifestações, contudo isso não implica em um bom funcionamento de uma democracia, conforme argumenta Sampaio (2010).

Entretanto, por ser uma nova forma que estimule os cidadãos inteirarem sobre algum tópico político, já é algo relevante e merece ser analisado. Isso não acarretaria mudanças explícitas ou drásticas na práxis política, contudo poderia promover influências, mesmo que mínima, na formulação de concepções mais complexas que levem em conta o pensamento de outros envolvidos (a formulação de uma opinião pública), uma educação e treinamento para a vida pública, assim como Maia (2007) defende.

Mesmos com as debilidades averiguadas, presenciamos outro estágio de transmissão de informações, nos aspectos de abrangência expandida e velocidade, não necessariamente levando em conta a qualidade daquilo que é transpassado. O *facebook* se coloca como grande expoente dessa nova forma de transmissão, é um canal que pode trabalhar em variados modos, dependendo do que o seu usuário busca obter e fazer. No caso de Silva, o papel do *facebook* é um meio de aumentar a sua visibilidade, especialmente agora que se encontra busca criar um novo partido político. Os cidadãos internautas se utilizam do *facebook* para se manterem informados sobre os mais variados assuntos ou transmitindo as informações, mas não necessariamente se envolvendo de forma intensa nas questões expostas.

Por tudo que expomos, as novas tecnologias possibilitam uma nova forma de interação entre os cidadãos e os seus representantes políticos, no entanto, ainda há grandes limitações no atual do alcance dos efeitos das TICs na prática do jogo político.

As ferramentas da internet ainda não são utilizadas para uma profunda ampliação do debate político de forma crítica e democrática.

8)Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Trad. R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. Trad. K. B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COLEMAN, Gabriella. "Anonymous: From the Lulz to collective action," *The New Everyday: A Media Commons Project*, 6 Abril 2011. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>. Acesso em 16/04/2013.

- DRYZEK, John S. Deliberative Democracy in Divided Societies: Alternatives to Agonism and Analgesia. In: *Political Theory*, Vol. 33, No. 2 (Apr., 2005), p. 218-242.
- GOMES, Wilson. Apontamento sobre o Conceito de Esfera Pública Política. In: *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*; Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006.
- GOMES, W. ;FERNANDES, B. ; REIS, L. ; SILVA, T. Politics 2.0: A campanha on-line de Barack Obama em 2008. In: *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 17, Nº 34, Curitiba, Out. 2009.
- GROSSELI, Grasiela e FREIRE, Geovana Cartaxo de Arruda. *Inserção política democrática através das redes sociais*. In: V Simpósio Nacional ABCiber. 2011
- LEMOS, Andre. LÉVY, Pierre. *O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad.C. I. da Costa. Ed.34, 1999.
- MAIA, Rousiley C.M. (coordenadora) *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- MAIA, Rousiley C.M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. IN: *LOGOS 27: Mídia e democracia*. Ano 14, 2º semestre de 2007.
- MARQUES, F.P.J.A.; SAMPAIO, R.C.; MAIA, R. C.M. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 55, 2011, p. 203-229.
- MENDONÇA, R.F.; PEREIRA, M.A. Democracia digital e deliberação online: Um estudo de caso sobre o *VotenaWeb* . IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública WAPOR. Belo Horizonte: 04/06/11.
- PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAUJO, R. A. P. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei". In: *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 17, Nº 34, Curitiba, Out. 2009.
- PENTEADO, C. L. C. ; FORTUNATO, I. . Política e Internet: novos modi opererandi. In: DIETRICH, Ana M.; ZIMERMAN, Artur. (Org.). *Novas abordagens de políticas públicas no Brasil*. 1ed.Santo André/ SP: Universidade Federal do ABC, 2012, v. 1, p. 105-120.
- REIS, Lucas e BARROS, Samuel. Internet e Revolução no Egito: o uso de sites de redes sociais durante a convulsão social que derrubou o governo ditatorial egípcio em 2011. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação Política e os Potenciais Democráticos da Internet. In: *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun.2010.
- GIMMLER, Antje. Deliberative democracy, the public sphere and the internet. In: *PHILOSOPHY & SOCIAL CRITICISM* vol 27 no 4.2001.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: Matrizes, revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Universidade de São Paulo. Ano I, n. 2 (jan-jun. 2008). São Paulo: ECA/USP: 2008. p. 15-37.